

## Editorial

“Pactuações funcionais” no Brasil contemporâneo

Elcemir Paço Cunha\*

Leonardo Gomes de Deus\*\*

Mônica Hallak Martins Costa\*\*\*

A *Verinotio* – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas entrega ao público sua edição de número 20, cuja ligação com o tempo presente dispensaria maiores esforços de explicitação se não fosse a convivência frequente entre tempestade política e confusão do pensamento. As dificuldades são muitas e impõem a necessidade de uma compreensão, ainda que sempre provisória, do Brasil contemporâneo.

Parece-nos que o turbilhão de eventos que marcou os últimos anos brasileiros remonta ao processo desencadeado em 2008, mas em reciprocidades com um dado estágio de desenvolvimento do capitalismo, com as circunstâncias políticas que tiveram condição na pactuação construída pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para a primeira vitória de Lula e um modo contingente de atuação de frações da burocracia estatal, particularmente a jurídica.

Diferentemente do que se supõe *prima facie* – se tratar de uma luta de “ricos e pobres” –, os dois mandatos de Lula tiveram uma pactuação com poucos precedentes no Brasil, articulando políticas sociais (demandas populares), empreiteiras, indústria agrícola, bancos e alguma parte do capital produtivo (sobretudo, o investido em alimentos e bebidas). Nessa articulação, ressaltam-se os fios que ligam programas de habitação, empreiteiras e financiamento bancário, além das inúmeras concessões políticas e legais feitas em favor do agronegócio e de algumas indústrias aí acopladas. As massivas exportações de *commodities* a preços competitivos para mercados consumidores como China, Estados Unidos e Europa permitiram uma “pactuação funcional” nesse sentido. Nessa conjuntura, a pactuação sob a rubrica do PT não encontrava opositores à altura no plano político, cindidos em suas pautas particulares, mas em vias de desenvolvimento conjunto. Nem sequer o PSDB pôde, àquela altura, fazer resistência num país cujo futuro, para muitos, havia finalmente chegado. Não foram poucos os entusiastas, da aclamação do “despertar do gigante” à capa da revista *The Economist* (12 nov. 2009).

Mais cedo ou mais tarde, contudo, a crise internacional iniciada em 2008 alcançaria o Brasil. O tempo, a intensidade e os efeitos específicos variam de país a país em razão do ordenamento global da reprodução do capital e das alternativas disponíveis e viáveis em determinadas circunstâncias.

Se é verdade que toda pactuação tem sua utilidade, não é menos verdade que toda pactuação entre contrários se desgasta no tempo em razão das modificações extrapolíticas. Os preços internacionais das *commodities* vinham em franca queda já a partir do primeiro mandato Dilma. Não era uma “marolinha”, como se esperava irresponsavelmente até então, uma vez que os principais centros econômicos mundiais foram abatidos frontalmente e caminhavam, a partir dali, em desaceleração contínua. Os descaminhos gestionários foram agravados pela ausência de preparação para um cenário real posto em 2008. Segurar os efeitos, nos anos seguintes, por via do mercado interno foi a alternativa encontrada no curto prazo para um país circunstanciado historicamente à subordinação das economias centrais, de um capitalismo de objetivação particular na incipiência de seus próprios desdobramentos econômicos e políticos. Reduções dos impostos e ampliação do crédito permitiram, durante algum tempo, certa acomodação entre os lucros e as necessidades de consumo – impulsionado este em algum grau pelo programa “Bolsa Família”. Essa acomodação tinha prazo de validade, como agora sabemos, e a inadimplência das famílias, entregues ao impulso desmedido da realização do capital na circulação, do “ser na esfera do ter”, foi um dos principais resultados. Segue sendo desenvolvido o “ser humano adequado ao capital” (Vaisman), cujos resultados perversos aparecem mediados nas inúmeras formas de estranhamento contemporâneas. A violência urbana é apenas uma delas. E o programa econômico-político vigente se rendeu em absoluto às expressões manipulatórias que alcançaram, inclusive, a esfera do consumo e ainda outras da vida social.

Nesse contexto, as frações mais desprestigiadas do capital produtivo (particularmente o paulista que, em junho de 2013, iluminou a fachada da Fiesp de verde e amarelo) fizeram seus movimentos, acionando também efeitos diversos e muitas vezes não esperados. As ligações, que são muitas, entre essas localizadas frações do capital produtivo e sua expressão política ganharam um ascendente nesse contexto, ativando e engrossando o caldo antipetista.

Ao mesmo tempo, pautas progressistas e circunstâncias recessivas criaram as condições para alguma sintonia entre as bancadas mais hediondas de que se têm notícia do Congresso Nacional, antes particularizadas em suas próprias questões. A mútua reflexividade entre, de um lado, a regressividade no plano político e no cotidiano

\* Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

\*\* Professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

\*\*\* Professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG).

do Brasil e, de outro, as filosofias irracionistas amplamente presentes nos meios de comunicação, incluindo a Internet, não foi ainda inteiramente considerada. A própria ausência de uma esquerda *da esquerda* e não meramente *na esquerda* impõe complicações colossais, pois “quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana” (Chasin).

É nesse cenário que se criaram as condições para a “cunhanização” do parlamento (antes mesmo de Eduardo Cunha chegar à presidência da Câmara) e para uma reforma política, achada às pressas pelo governo e alguns movimentos sociais como pauta a partir de junho de 2013, trazendo retrocessos significativos mesmo contra algumas das intenções manifestas por “belas almas” – as mesmas que, agora, esperneiam a ausência de “ética na política” (!) e clamam por uma mal posta “grande política” que não tem qualquer sentido de uma metapolítica, uma política como superação da própria política, mas apenas a confirmação do existente em novos afrescos. O impulso primeiro, o problema da mobilidade urbana e o peso das passagens no bolso dos trabalhadores em 2013 – que não é em si político, mas econômico e social –, converteu-se em promessa de reforma política que não apenas deixou absolutamente intacto o problema original, como verteu toda a movimentação em subterfúgio para as manobras palacianas que cavaram inclusive barreiras aos pequenos partidos *na* esquerda. Nada mais e nada menos do que a vitória já recorrente do politicismo! É aí igualmente que surge a aparência de polarização de uma posição meramente antipetista que se apoia também em aspirações reacionárias, além de uma “classe média” entregue quase completamente às manipulações econômicas, políticas e midiáticas, desnorteada pela prevalência do irracionismo no cotidiano e que se associa facilmente, como sempre, em torno da – “insuspeita mas perigosa” – bandeira verde-amarela, como resultado de uma indignada reação à “recentemente descoberta” (!), mas não inteiramente compreendida, união umbilical de determinações recíprocas entre capital privado e forma política, especialmente na particularidade brasileira.

Nesse processo, muitos direitos trabalhistas são atacados, terceirizações, ampliadas, programas de redução de jornada de trabalho e salários, aplicados... pululam os *lay-offs*. Anunciam-se modificações na previdência, inclusive o Sistema Único de Saúde é ameaçado na “nova” Agenda Brasil. Medidas que, como o alvo mostra, pretendem surtir efeitos no processo de acumulação por via de mecanismo (entre outros) componente do leque de opções erigido nos séculos precedentes e muito comum no contexto de capitalismo atrofico: diminuição das garantias trabalhistas e redução tendencial dos salários. Noutra ponta, o ajuste fiscal, dos mais dignos da austeridade do receituário alemão aos países de sua atual órbita financeira, garante vida mais difícil às camadas populares (já que as políticas sociais não avançam ou são degeneradas, além dos cortes dos investimentos em setores sensíveis, como a educação e a saúde) e garantem também o cumprimento das obrigações nacionais com os capitais financeiros internacionais. Arranca, inclusive, comentários incrédulos de representantes das indústrias paulistas sobre os reais efeitos do ajuste fiscal levado adiante por um tecnocrata forjado nas entranhas das articulações financeiras.

O governo petista, comprimido pelo momento recessivo e por uma oposição mais articulada, tem de fazer de maneira dócil aquilo que em outra circunstância teria de fazer rosnando: ameaçar a pactuação que o levou ao poder. Atendendo às exigências regressivas sob todos os pontos de vista e que surgem no cenário político em meio às tensões entre juros e lucro industrial – tudo isso amalgamado sob o abstrato “interesse da nação” e a “vontade do povo” (tenhamos em mente a redução da maioria penal, neste último caso) –, lança-se sobre o balcão de negociações uma Agenda Brasil que não é outra coisa senão os termos de outra pactuação que restringe a participação das demandas populares e ataca direitos dos trabalhadores, procura garantir os lucros e juros e a total paralisia frente à questão agrária, da moradia e da mobilidade urbana.

Não é por menos que, agora, todas as organizações de representação das indústrias e importantes banqueiros já se uniram em notas públicas e entrevistas amplamente divulgadas em torno da “estabilidade política para o melhor interesse da nação”, uma vez que conseguiram, em parte, o que queriam no contexto de um governo fragilizado pelos escândalos, com altos índices de reprovação e com dificuldades de mobilização popular em torno das pautas que realmente interessam.

A desmobilização das organizações dos trabalhadores é absolutamente visível, inclusive pelo tipo de reação ao Programa de Proteção ao Emprego levado adiante pelo próprio governo petista. Trata-se de um programa que é resultado coerente com alguma proteção do lucro industrial das grandes empresas multinacionais no governo petista: uma compensação às já idosas garantias de preservação dos juros. E a dificuldade de mobilização daquelas organizações é tamanha que não se esboça qualquer programa alternativo àquele que se representa nas principais forças políticas hoje.

No plano político, até então, e como resultado de todo o processo, qualquer força com expressão ou era *pró-impeachment*/cassação ou aderiu à tese de um alegado golpe em marcha, o que agravou as dificuldades de mobilização, fechou o campo político viável em uma falsa polarização. Isso segue mudando, no entanto, pois certa assincronia, que está posta no quadro atual entre os interesses econômicos e as expressões políticas, anuncia algum relativo acerto de passo contingente, em razão das determinações próprias das reciprocidades entre interesses econômicos e expressões políticas. Temporariamente satisfeitos, a defesa da “legalidade” em nome dos “interesses da nação” – e que estava um tanto quanto fora do radar da oposição meramente antipetista – tem surgido, em

razão dos motivos já aludidos, de setores do capital produtivo e financeiro! Mesmo a mídia tradicional, nas mãos de famílias e grupos poderosos, mudou o tom. Alguma instabilidade foi útil aos objetivos postos pela constante luta entre as frações do capital pela distribuição do mais-valor. Porém, sabem, desde Hobbes, que a *instabilidade continuada* cobra um preço econômico muito alto. E que se diga que o “legalismo” que as une temporariamente é uma alternativa presente em razão de o bonapartismo não parecer ser, nesse momento, algo de interesse dessas frações do capital, uma vez que o próprio programa que segue sendo implantado no Brasil, sem consistente resistência, não coloca nenhum horizonte que ameace seriamente o plano estrutural mais fundamental, esse, sim, capaz de alterar autenticamente a vida das pessoas não só nesta parte do globo. E a fração militar da burocracia estatal, que poderia levar de modo prático um projeto bonapartista – mesmo em condições objetivas e geopolíticas adversas –, está bem mais preocupada com a crise hídrica que se avizinha, com alguns atritos nas fronteiras ao Noroeste do país, com a expansão militar norte-americana na região, com a renovação de seu aparato de destruição por mar, terra e ar.

Nada disso quer dizer, entretanto, que a pauta *impeachment*/cassação será enterrada, pois ela serve para minar resistências. A própria assincronia, nesse caso, é útil à realização dos interesses econômicos, pois as questões realmente importantes podem ser mais facilmente aceitas por uma população combalida pelo “jornalismo novelesco” em torno da corrupção em todos os pontos, inclusive na mais preciosa das “pratas da casa”, e que cria os heróis num enredo maniqueísta da “notícia-mercadoria”.

Outra força atuante e com efeitos diversos inegavelmente deve ser reconhecida em partes da fração jurídica da burocracia estatal. Historicamente é novidade, no Brasil ao menos, a prisão de campeões da política e do empresariado, ainda que à custa dos maiores descabimentos jurídicos. Ainda é cedo para determinar todos os efeitos e desdobramentos dos reais interesses que movem essa fração da burocracia que surge inadvertidamente heroica para significativas camadas sociais que lotam as palestras dos pontas de lança da operação mais célebre em andamento. Mas já se passou tempo o bastante para insinuar o serviço prestado aos interessados em manter acesa a chama do impedimento ou da cassação em razão da clara, até o presente momento, seletividade nas investigações, inclusive nos vazamentos de informações à grande mídia tradicional em datas cuidadosamente escolhidas – coisas que tais permanecem inexplicadas por seus atores centrais e sem cobrança por parte dos idólatras desta fração da burocracia. Isso tem, contudo, andamento que, por vezes, transborda a capacidade dessa própria fração da burocracia de controlar a direção das operações e suas consequências, ameaçando as atuais “blindagens” de importantes expressões políticas e de camadas do empresariado que, muitas vezes, passam absolutamente ilesas, como até agora, em razão de uma letargia até mesmo premeditada em outras operações de mesmo calibre ou superior. É, nesse sentido, de grande interesse compreender os nexos entre a burocracia estatal e suas frações e a luta de classes e as frações das classes no Brasil contemporâneo.

O certo é que a ameaça de impedimento e de cassação foi o instrumento para a mudança da pactuação em meio ao cenário recessivo apresentado como crise do final dos tempos. E tudo indica que será o instrumento estendido às eleições de 2018, permanecendo o quadro econômico atual, com sua piora ou na presença de uma recuperação muito lenta, e servirá potencialmente, até lá, de arma nas mãos de uma oposição que verdadeiramente não existia de forma articulada antes de 2013 e não dispunha de meios para fustigar a situação. Agora é diferente; existem os meios e uma articulação que flerta, por necessidade, oportunidade e/ou congênita afinidade, com as forças e movimentos conservadores e regressivos, muitos dos quais se ocultam sob a rubrica do liberalismo... um estranho liberalismo que presume matar, prender e orar. E não se deve descartar inteiramente a possível eficácia da fórmula do impedimento/cassação. Mesmo uma renúncia não surge completamente fora ao quadro atual.

A pactuação anterior, a que levou o PT ao poder, não parece ser mais possível nos mesmos e exatos moldes, principalmente na luta entre frações do capital em circunstâncias recessivas e potencialmente duradouras para além de 2016 – e os sinais vindos da China, dos demais países do Brics, da arrastada recessão europeia e da guerra cambial sem fim dos Estados Unidos não são nada animadores. Uma pactuação do tipo PSDB de FHC também não parece ter condições de uma nova edição, por excluir frações do capital em disputa e afastar demandas populares. Aliás, a pactuação do tipo petista está sendo forçada na direção daquela de tipo PSDB. A pactuação petista pode ser ligeiramente diferente, mas não são distintos seus programas. Por mais estranho que seja, não foi exatamente o PT o vencedor do pleito, mas o mesmo programa realizado por uma pactuação levemente distinta. Como dizia o velho Brizola já em 1989, “se acotovelam para executar o mesmo programa”.

A alternativa necessária, mas não inteiramente viável no presente, é uma alteração nos termos de uma pactuação diferenciada em relação às já experimentadas entre as forças mais progressistas da sociedade brasileira. Trata-se de uma pactuação para a qual não temos atores centrais plenamente identificáveis entre o empresariado, as amplas camadas dos trabalhadores e mesmo setores da “classe média” e da burocracia estatal. Que outra aliança, numa conjuntura não revolucionária – e, portanto, consciente de que não se concilia o inconciliável –, poria no horizonte algum programa alternativo que combinasse provisoriamente e de modo problemático, como qualquer ajuntamento deste tipo, o melhor do avanço das forças produtivas tensionadoras das relações sociais de produção e as mais centrais necessidades populares? Que outra combinação poderia promover um programa não facilmente

corrosível pelas flutuações dos preços das *commodities* (agravadas pela desindustrialização recente), que não protegeria o lucro industrial ou comercial e que não entregaria aos abutres internacionais, na forma de juros, as riquezas produzidas pelos trabalhadores brasileiros? Que programa enfrentaria esse “regime de proteção” do lucro, do juro e das grandes fortunas, sempre salvos pelo estado, colocando a autogestão dos trabalhadores na produção como possibilidade entrevista na própria realidade? Que pactuação promoveria a articulação dos interesses dos povos da América Latina em torno de uma perspectiva verdadeiramente transformadora para além das meras conquistas populares temporárias? Quem estaria à frente de um programa com transformações estruturais que rompam, por baixo, com essas pactuações feitas pelo alto? Nem é possível fazer todas as perguntas que são necessárias...

As condições para uma movimentação desse tipo também não aparecem plenamente dadas no Brasil, nesse momento, dado que, divididas, as amplas camadas dos trabalhadores e importantes estratos sociais, numa aparente polarização política, assistem de modo relativamente impotente à dilapidação das conquistas, salários e capacidade de consumo em razão das já aludidas medidas de interesse das frações do capital (ajuste fiscal, flexibilização trabalhista e paralisia frente às muitas questões, como a agrária). De toda forma o cenário é, ainda, incerto. Uma recuperação internacional dos preços das *commodities* pode alterar o quadro. O surgimento, sendo também o preferível, de uma força social na direção das questões levantadas também pode alterar as circunstâncias. Uma nova direção na atuação da fração jurídica da burocracia estatal igualmente pode promover condições que imponham ou alarguem limites da nova pactuação em curso (“Agenda Brasil”).

As perguntas, no entanto, ficam, agora, necessariamente sem respostas, mas é quase certo que outros ataques das frações do capital se insinuem no horizonte pela disputa na distribuição do mais-valor, e é também muito certo que outras “pautas-bombas” estejam sempre no repertório. Estes ataques dependem das, e engendram as, chamadas “crises políticas”. São “crises”, na verdade, das insuficiências das pactuações políticas frente às circunstâncias concretas, da irresolubilidade da forma de dominação frente às contradições que são sua base. São pactuações sempre temporárias e frágeis, de tipo que não pode nem visa a superar as contradições dos interesses postos, os quais corroem os próprios termos políticos em que são expressos. É uma ingenuidade moralizante e cinismo absurdo identificar na fração jurídica da burocracia estatal o autêntico sujeito que, por si só, realizaria as transformações necessárias, uma vez que ela própria se assenta nas contradições que visa a administrar, nunca superar.

É por essa via que o Brasil atual se articula com Engels, em razão dos problemas ligados à análise da realidade, das conexões recíprocas entre as formas políticas e as forças motrizes de ordem primária, dissolvendo a “confusão teórica” que se forma com a tempestade política. É pela mesma via que se articula com o serviço social e o marxismo no enfrentamento das expressões da “questão social” que assolam as camadas mais populares ao longo da continuidade sob as discontinuidades do capitalismo como forma da sociabilidade.

O novo número de *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, nessa direção, também marca a passagem dos 120 anos de morte de Engels num dossiê dedicado a ele. Pode-se afirmar, são 120 anos de marxismo. Intimamente ligada ao centenário de 2017 e ao bicentenário de 2018, a data é moderadamente arbitrária, mas não descabida. Os detalhes foram narrados por Hobsbawm. Falecido Engels, em 1895, começava a aventura do legado de Marx pela história. Primeiro, construiu-se o próprio cânone, tal qual prescrito por Marx e Engels, *Manifesto* e *O capital* e mais poucas obras, as armas intelectuais para a luta prática. Depois, a social-democracia alemã iniciou os acréscimos, forjou um inexistente livro quatro para *O capital*, dentre outras invenções e recortes. A reação bolchevique nos legou os *Manuscritos de 1844*, *A ideologia alemã*, os *Grundrisse* e o projeto da MEGA, abatido em pleno voo, com todas as distorções subsequentes. Finalmente, a desestalinização produziu a *Werke* e a segunda edição da MEGA, que já dura 40 anos.

A propósito desse itinerário, *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* traz em seu novo número dois artigos de pesquisadores já conhecidos do público brasileiro, Michael Krätke e Regina Roth, textos que são o estado da arte da marxologia contemporânea. Ambos avaliam a fidelidade com que Engels levou a termo a publicação dos dois últimos livros d’*O capital*, tema bastante controverso antes da nova edição MEGA. Trata-se, portanto, de unir as duas pontas dessas décadas, desde a abordagem engelsiana da obra de Marx até as discussões correntes entre nós sobre o problema, isto é, a recepção atual deste legado.

Somam-se às traduções os artigos de autores brasileiros que apresentam no conjunto o peso de Engels com relação às ressonâncias da “questão da moradia”, à angulação da economia política e com as polêmicas em torno da dialética, história e política. No sentido de garantir a discussão fundamentada na análise de rigor, *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* apresenta com este conjunto um distanciamento das posições que reduzem Engels à “caricatura da caricatura da vulgata”. Os leitores encontrarão nos próprios textos não a mera apologética também típica das caricaturas, mas a polêmica viva, com as contribuições de Elcemir Paço Cunha, João Claudino Tavares, Vânia Noeli Ferreira de Assunção, Vitor Sartori e Wanderson Fabio de Melo. Entre os avanços e limites de Engels resta o intelectual que foi muito além da atribuição de divulgar os achados feitos junto ao seu amigo. Engels foi, por assim dizer, o primeiro “marxista”. O dossiê deve ser lido tanto como resgate dos lineamentos engelsianos quanto em conexão com as contingências históricas atuais que marcam o Brasil contemporâneo.

Destacar esses 120 anos por meio do dossiê, nesse sentido, tem também a finalidade de contribuir para a avaliação do próprio itinerário recente do pensamento marxiano no Brasil. O contraponto é nítido: enquanto o “mundo civilizado” testemunha o marxismo encolher e ser absorvido pela marxologia ou pela análise de conjuntura, a situação brasileira nessa constelação é muito peculiar. Com efeito, há coisa de meses, *The Economist* investigou as origens da crise brasileira e foi peremptória: o Brasil tem traduções de Marx em excesso e muito poucas de J. S. Mill ou D. Hume. As novas edições das obras filosóficas de Marx no país, bem como uma nova tradução de sua obra econômica, publicada ou esboçada, colocam-nos, depois de anos de leituras importadas, no mesmo nível de outros idiomas latinos e muito além do mundo anglófilo. Não é motivo de orgulho, é apenas sinal dos tempos, do atraso pleno de possibilidades. Cabe dizer, entretanto, que a marxologia brasileira deve sua expansão a preocupações que escapam a muitos autores contemporâneos, qual seja, à reflexão filosófica subjacente e mesmo explícita nas obras de Marx e que mais e mais se torna periférica no “mundo civilizado”. Os números de *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* são evidência mais do que bastante dessa seara infinita entre nós, aberta por J. Chasin, patrono desta revista, e vários corajosos. Aliás, dentro desses 120 anos, seu *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica* já percorreu duas décadas.

O momento não pode ser mais auspicioso, uma crise que exige essa apropriação mais do que devida e nos faz avançar. O trabalho de rigor vale em seus próprios termos, mas é apenas o ponto de partida do segundo movimento, a reflexão sobre a nossa miséria atual, rigorosa de outra maneira, prática. Os textos que compõem o dossiê, certamente, podem contribuir muito para as duas tarefas.

A presente edição de número 20 inaugura o vínculo da revista com o curso de serviço social, ligado ao Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense. Para celebrar a nova vinculação apresentamos aos leitores artigos que discutem temáticas marcadas pela relação entre Marxismo e serviço social. Os 21 artigos recebidos foram avaliados por rigoroso corpo de pareceristas formado majoritariamente por pesquisadores/professores vinculados a departamentos de serviço social das universidades brasileiras. Dos artigos recebidos, três seguiram à publicação e compõem um quadro que explicita as conexões entre o marxismo e o serviço social.

Essa aproximação do serviço social com a tradição marxista data do Movimento de Reconceituação, cujo marco foi o I Seminário Latino-Americano de Serviço Social, ocorrido há 50 anos em Porto Alegre, momento em que se discutiu o tema “Serviço social frente às mudanças sociais na América Latina”. Este foi o primeiro evento oficial da categoria que teve por eixo romper com as influências europeia e norte-americana e buscar um caminho próprio que levasse em consideração a especificidade do desenvolvimento dos países da América Latina.

A proposta dos profissionais identificados com o movimento que se iniciava passou a ser atuar sobre as causas dos problemas sociais. Começava assim a frágil interlocução dos assistentes sociais com o marxismo. José Paulo Netto, na análise da perspectiva de renovação batizada por ele de *Intenção de Ruptura*, chama a atenção para o traço eclético que marcou esta aproximação.

Ainda na década de 1980, Leila Lima Santos denunciou o epistemologismo como “explosão de uma época”, e Consuelo Quiroga, a herança (neo)positivista que recaiu sobre as primeiras formulações, influenciadas muito mais pelo marxismo da Segunda Internacional do que pelo próprio Marx. Foi também na década de 1980 que apareceu a primeira pesquisa sobre a profissão em que a obra de Marx era a referência central. O livro de Carvalho e Iamamoto tornou-se clássico ao analisar o caráter contraditório do serviço social na sociedade capitalista e a especificidade de sua inserção nos países periféricos. Na década seguinte, Iamamoto protagonizou outro momento decisivo desse debate no livro *O serviço social na contemporaneidade*, no qual realizou um balanço da aproximação do serviço social com o marxismo e denunciou o relativo ocultamento da sociedade civil nas abordagens profissionais que privilegiavam a política em detrimento da reprodução social. A partir daí o foco da formação profissional foi reorientado, em todo o Brasil, para a análise da questão social – e não mais das políticas sociais. Nos demais países da América Latina as referências ao ideário de Marx e da tradição marxista encontram, hoje, menor espaço que no passado. Por isso, é significativa a publicação, neste número de *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, do artigo de Gianna, que apresenta, em relação ao serviço social argentino, a necessária denúncia do caráter conservador de abordagens que foram apropriadas pela área. No Brasil, tal crítica foi realizada no trabalho de Netto, que sistematizou, em sua pesquisa de doutorado, as direções de renovação do serviço social brasileiro no período da ditadura militar e denunciou as raízes reacionárias da direção de renovação denominada por ele de *reatualização do conservadorismo*.

Mas as fragilidades permanecem como marcas do encontro do serviço social com a perspectiva marxiana pois, como observou a Profa. Maria Augusta Tavares no editorial da revista *Katálysis* dedicada ao tema Marx, marxismos e serviço social, “é difícil ao serviço social, pelo seu caráter interventivo, escapar ao ativismo, que tende a se subordinar a ideologias positivistas”, o que ocorre ainda hoje na interlocução com o marxismo, apesar dos avanços incontestes nesse diálogo.

Neste número de *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, o leitor encontrará um pequeno, mas significativo, conjunto de artigos que expressam algumas conquistas dessa aproximação, agora cinquentenária. A

edição especial conta com a colaboração de Ludson Rocha Martins, Rafael Oliveira e Sergio Daniel Gianna. Consta ainda, nessa edição especial, a tradução do texto de Marx, *População, crime e pauperismo*, de grande interesse para o serviço social.

Além do dossiê e da edição especial, a edição de número 20 traz também os habituais artigos do chamado “fluxo contínuo”. Entre eles figuram os trabalhos de Alexandre Aranha Arbia, Antônio José Lopes Alves, Fabio Alves dos Santos Dias e Thiago Dutra Hollanda de Rezende, além das resenhas Felipe Ramos Musetti e Maurício Silva.

Trata-se de uma edição que confirma a disposição de *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* em servir de médio à circulação e ao debate das ideias.

Esperamos que os leitores possam usufruir do conteúdo.